



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

1. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO CARGO DE AUXILIARES DE PERÍCIA EM CONTABILIDADE

Condições de execução

- 1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias a assinatura do contrato.
- 1.2. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de apoio técnico a laboratórios e será responsável pela contratação de profissionais técnicos de nível médio, conforme postos de trabalho definidos neste Anexo;
- 1.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica para cada área específica:

Atribuições:

ÁREA DE CONTABILIDADE (CBO 3511-05):

- Avaliar aspectos objetivos de prestações de contas de convênios, concursos e outros recursos específicos;
- Avaliar o cumprimento de aspectos objetivos definidos em lei, quando da realização de procedimentos licitatórios;
- Analisar a conformidade da execução financeira de contratos; Analisar a conformidade da execução física de contratos;
- Realizar pesquisas de preços em bases de dados estruturadas e não estruturadas;
- Realizar a descrição, classificação e tabulação de mercadorias adquiridas por entes públicos, em processos de compras;
- Exercer a atividade de programação orçamentária e financeira, acompanhando a execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária;
- Atuar na organização e operação dos sistemas de controle interno; Realizar conciliações financeiras e patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas;
- Controlar fluxo de documentos de interesse de exames financeiros e/ou patrimoniais;
- Colaborar para o planejamento de implantação de novos sistemas e aplicação periciais, em acréscimo aos existentes;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;
- Propor a automatização e racionalização de processos e rotinas de trabalho pericial.

Local e horário da prestação dos serviços

- 1.4. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:
- 1.4.1. *Av. Rodrigues Alves, 1 - Saúde - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.081-250*
- 1.5. Os serviços serão prestados no seguinte horário:
- 1.5.1. de segunda à sexta-feira: de 06:00 às 15:48h ou de 07:00h às 16:48h ou de 08:00 às 17:48h ou de 09:00 às 18:48h, com 01:00h de almoço, de acordo com a necessidade da Administração.
- 1.5.2. caso seja permitida a redução da carga horária semanal, através de ato ministerial, os horários de execução serão ajustados conforme.

Rotinas a serem cumpridas

- 1.6. A execução contratual observará as rotinas:

1.6.1. Serão 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a depender da CCT, distribuídas de segunda a sexta-feira.

1.6.2. As rotinas e métodos a serem adotados pela mão de obra terceirizada será definida pelo Setor no qual foi lotada, respeitando a carga horária contratada e os dias úteis.

Materiais a serem disponibilizados

1.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar do utensílio necessário, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

1.7.1. Jalecos, conforme definição do item 1.11 deste Anexo.

1.7.2. Outros materiais e utensílios necessários, tais como (óculos de proteção, capas e protetores, luvas) serão fornecidos pela contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

1.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

1.8.1. Serão 6 (seis) postos fixos - 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

1.9. Para a composição dos custos referente aos serviços, devem ser atendidas as seguintes necessidades:

1.9.1. salários dos terceirizados, conforme convenções coletivas e média salarial de mercado;

1.9.2. encargos previdenciários (GPS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e outras contribuições;

1.9.3. benefícios anuais (13º salário, férias, adicional de férias)

1.9.4. benefícios mensais e diários (auxílio transporte, auxílio alimentação, seguro de vida, invalidez e funeral, plano de assistência médica, etc.)

1.9.5. adicional de periculosidade,

1.9.5.1. Para os locais onde ocorre laudo de periculosidade os licitantes deverão atentar para o Parágrafo 1º do Art. 193 da CLT: § 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

1.9.6. Não são possível acumular adicional de insalubridade e periculosidade dentro da mesma função e jornada de trabalho, conforme o art. 193 § 2º da CLT, situação em que ocorre no caso dos postos de trabalho destas contratações.

1.9.6.1. Nos locais onde coincidem adicional de insalubridade e periculosidade, a contratada deverá, segundo determina, em seu art. 193 § 2º, repassar ao trabalhador o adicional que porventura lhe seja mais favorável.

1.9.7. uniforme básico (uniformes de uso pessoal para cada técnico conforme item 1.11 (UNIFORMES);

1.9.8. taxa de administração para os custos operacionais;

1.9.9. exames médicos admissionais;

1.9.10. provisão para rescisão: estimativa de 5% dos empregados serem substituídos por ano ou não provisão para rescisões;

1.9.11. A escolaridade de cada profissional deverá ser comprovada pela Contratante, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

1.9.12. Após a contratação, às suas expensas, a Contratada deverá realizar os treinamentos obrigatórios para cumprimento dos requisitos especificados neste instrumento.

1.10. **Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão neste processo, como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é**

definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da Constituição Federal) - (Acórdão 1097/2019-Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas).

Uniformes

1.11. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no item seguinte:

1.12. O uniforme deverá compreender a seguintes peças do vestuário:

Item	Especificação	QTD	Vida Útil Estimada (meses)
1	Jaleco branco de algodão, com o comprimento abaixo dos joelhos, com mangas longas, fechamento frontal com botões até a altura do pescoço, Gola Padre ou Polo, possuir três bolsos, sendo um superior lado esquerdo e outros dois em cada um dos lados na parte baixa. Com inscrição no bolso superior com o nome do colaborador e área de atuação, tendo no lado esquerdo da manga a logomarca ou identificação da CONTRATADA.	2	6

1.12.1. Um (01) conjunto completo ao empregado envolvidos na prestação dos serviços, uniformes completos ao início da execução do contrato, conforme categoria profissional, devendo ser substituído a cada, 12 (doze) meses ou quando solicitado pelo fiscal do contrato pelo desgaste prematuro, de acordo com as quantidades e vida útil estimada discriminadas na tabela acima;

1.13. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

1.14. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos estabelecidos na tabela acima;

1.15. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, os quais serão aprovados pela Contratante.

1.16. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Critérios de aceitabilidade de preços

TÉCNICO CONTÁBIL

1.17. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na CCT CTA - ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ n. 03.826.691/0001-75, 2024/2025, utilizados como paradigma:

- a) salário-base: R\$ R\$ 2.181,44 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos) mensais;
- b) auxílio-alimentação: R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por dia de trabalho;

1.17.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

- 1.17.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;
- 1.17.3. Os direitos e benefícios listados na CCT paradigma deverão ser respeitados como patamar mínimo quando da elaboração da proposta e planilha de custos e formação de preços - PCFP.
- 1.17.4. Caso a CCT da licitante seja diferente da paradigma, deverão ser respeitados os direitos e benefícios das duas CCT's.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 1.18. A qualidade dos serviços prestados será medida por meio de instrumento de medição de resultados (IMR), através dos indicadores estabelecidos abaixo.

Item	Ocorrência	Aferição	N.º de ocorrências no mês	Valor da ocorrência
1	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências de postos de serviço por absenteísmo.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado em até 2 horas.		1
2	Não cumprir determinações e Notificações.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		1

3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
4	Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
5	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida para instrução do processo de pagamento. Ou não cumprir, mesmo que parcialmente, a Legislação Trabalhista ou a CCT vigente, mesmo que parcialmente.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,5

6	Colaborador não uniformizado ou com uniforme incompleto, o que inclui crachá; uniformes desgastados, rasgados, sujos, em péssimo estado de conservação ou fora do prazo de validade ou substituição periódica.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
---	--	--	---

Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme a frequência especificada no Anexo
Meta a cumprir	Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações do TR
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências
Forma de acompanhamento	Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal efetuando o devido registro das mesmas para apuração total ao fim de cada período avaliado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de glosa no pagamento	Até 2,0 (dois) pontos = 100% da fatura, ou seja, não há glosa.
	De 2,1 à 3,0 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da NF.
	De 3,1 à 4,0 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da NF.
	De 4,1 à 5,0 pontos = 90% da Fatura, ou seja, glosa de 10% sobre o valor da NF.
	De 5,1 à 6,0 pontos = 85% da Fatura, ou seja, glosa de 15% sobre o valor da NF.

1.18.1. A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, situação sujeita a sanções administrativas;

1.18.2. As glosas definidas em cada um dos indicadores podem ser aplicadas de forma acumulativa;

1.18.3. O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa, será comunicado pelo fiscal técnico, por meio de notificação formal, à então contratada, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar;

1.18.4. A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade;

1.18.5. O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação;

1.18.6. As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

1.18.7. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços;

1.18.8. A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato;

1.18.9. A aplicação dos descontos referidos neste IMR limitar-se-ão aos 15% da NFS-e, mesmo que a pontuação ultrapasse os 06 pontos.

1.18.10. Para efeito de aplicação do IMR, os primeiros 90 dias de vigência contratual, as anotações realizadas pela Fiscalização Técnica, terão apenas efeitos elucidativos, sem descontos financeiros na medição do respectivo mês.